

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Alô, alô, motorista!	2
Título: Chineses vão construir refinaria do Comperj	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Câmara dá aval para megaleilão do pré-sal	6
Título: Justiça extingue ação de minoritários contra Petrobras	7
Título: Câmara inicia votação de projeto da Eletrobras.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Outra canetada de Lewandowski.....	9
Título: Venda de distribuidoras avança na Câmara	10
Título: TCU abre brecha e governo marca leilão do pré-sal.....	12
Título: Petrobrás anuncia parceria com chinesa no Comperj.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Preço do gás aumenta	15
Título: Comissão aprova tabela de frete	16
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Consumo comercial e automotivo de gás cresce, mas diminui na indústria.....	17
Título: Câmara rejeita destaques e aprova cessão onerosa	18
Título: Risco hidrológico tem solução em parecer sobre Eletrobras	20
Título: Parceria com CNPC pode aliviar caixa da Petrobras	21
Título: Enel coloca ativos de geração eólica e solar no Nordeste à venda	23
Título: Eólica da Engie	24
Título: América do Sul ganharia peso com fusão de ativos da Anglo American na África.....	25
Título: Petrobras eleva em 4,4% o preço do GLP	26
Título: Petrobras avança e leva Ibovespa aos 74 mil pontos	27

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Alô, alô, motorista!**

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, abriu consulta pública para modernizar o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis. A ideia é que os postos de gasolina possam se submeter a testes voluntários, oferecendo constantemente ao consumidor combustíveis com qualidade comprovada.

Em tempo...

É com base nesses dados que a ANP pretende desenvolver o aplicativo que permitirá ao consumidor, antes de parar num posto, conferir preços e qualidade do combustível.

Dia D

O MDB deu até 7 de setembro para a candidatura de Henrique Meirelles decolar. Caso contrário, vai pedir abrigo em outra candidatura.

No mais

O gás de cozinha vai aumentar 4,4%. Os planos de saúde, 10%. A conta de luz, uns 14%. É dura a vida do brasileiro.

Céu de Maricá

Eduardo Paes deve anunciar, assim que terminar a Copa, sua candidatura ao governo do Rio. Na semana passada, ele esteve na Califórnia conversando sobre o tema com Stella Li, dirigente da BYD Motors, a empresa chinesa que fabrica caminhões e carros elétricos em que o ex-prefeito trabalha atualmente.

Aliás...

Na campanha, Paes deve ser novamente cobrado por ter chamado Maricá de “merda de lugar”, em conversa com Lula. O ex-prefeito, que esteve na cidade se penitenciando, fez mais. Compôs, com Marquinhos de Oswaldo Cruz, um samba-exaltação à cidade (ouça no blog). Uns versos: “Eu já rodei o mundo/e posso afirmar/Não existe mais estrelas no universo/do que no céu de Maricá”. Caraaamba!

40 vezes maior

A taxa de incidência de tuberculose ativa entre os presos no Estado do Rio é, acredite, 40 vezes maior do que no restante da população fluminense. Segundo estudo da ENSP/Fiocruz, cerca de 12% dos detentos do Rio têm, hoje, a doença, geralmente em estado avançado. Só em 2017, foram 1.300 — número que pode ser ainda maior, já que há muitos casos não diagnosticados. As causas passam pela superlotação e condições precárias das prisões (mal ventiladas e mal iluminadas).

Crime sem castigo

O MP do Rio questionará a constitucionalidade de uma lei — do deputado Paulo Ramos, coronel aposentado — que, veja só, dá ao PM que for excluído da corporação por ter cometido algum crime o direito de... continuar recebendo seus vencimentos. Parece um estímulo ao crime. E é.

Ponto Final

Um dos pontos altos da fala de Jair Bolsonaro, ontem, num evento para 1.500 empresários, em São Paulo, promovido pela CNI, foi quando ele confessou: — Eu não entendo nada de economia, entreguei tudo ao Paulo Guedes. Aliás, não sei o que ele viu em mim. A plateia, ao final da fala do político, concordou com o diagnóstico de inaptidão feito pelo próprio candidato. Com todo o respeito.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ E MANOEL VENTURA

Título: Chineses vão construir refinaria do Comperj

CNPC é a primeira estrangeira a investir no setor desde 2001. Mercado estima que obra pode gerar 10 mil empregos

RIO E BRASÍLIA - Um dia depois de informar ao mercado que suspendeu a busca por sócios para o setor de refino, a Petrobras anunciou ontem uma parceria para concluir a construção da refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí. A obra para a construção dessa unidade, parada desde 2015, é um dos maiores símbolos do esquema de corrupção na companhia, revelado pela Operação Lava-Jato. A Petrobras assinou uma carta de intenções com a gigante chinesa China National Petroleum Corporation International (CNPCI) para uma parceria estratégica num projeto integrado que inclui a construção da refinaria e a compra de participações pelos chineses nos

campos de Marlim, na Bacia de Campos. A retomada é um alento para a região, que sofreu o impacto da paralisação das obras.

A versão inicial do Comperj era muito maior, com unidade de refino e unidade petroquímica e perspectiva de geração de cem mil postos de trabalho. Posteriormente, o projeto foi revisto, e suas ambições, reduzidas, excluindo o setor petroquímico, até ser integralmente paralisado com as denúncias de corrupção. Já foram gastos US\$ 14 bilhões no empreendimento. Segundo estimativas do mercado, no pico das obras deverão ser criados dez mil postos de trabalho. De acordo com fontes, a construção da refinaria requer investimentos de cerca de US\$ 4 bilhões. A construção da refinaria do Comperj não consta do Plano de Negócios da Petrobras 2017-2022.

OUTRA CHINESA CONSTRÓI UNIDADE DE GÁS

As empresas não informaram qual será a participação dos chineses no projeto, mas ele prevê atuação integrada: o óleo pesado produzido em Marlim será usado na refinaria. A chinesa é a primeira estrangeira a investir no setor de refino no país desde 2001, quando a petroleira espanhola Repsol adquiriu 30% da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul. A empresa saiu do negócio em 2010 em razão de prejuízos causados pelo controle no preço dos combustíveis. Petrobras e CNPC são parceiras desde 2013 no consórcio que explora a área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Em 2017, Petrobras e CNPC arremataram em consórcio, junto com a BP, o bloco de Peroba, um dos mais disputados na 3ª Rodada do pré-sal.

“A parceria estratégica fortalecerá os laços entre as empresas e contribuirá para o aprofundamento da parceria estratégica global entre o Brasil e a China, ambos membros do grupo Brics”, afirma a Petrobras no comunicado. O prefeito de Itaboraí, Sadinoel Souza (PMB) destacou a importância da retomada do projeto para a recuperação da economia do estado. Itaboraí foi uma das regiões mais afetadas pela suspensão, com a perda de 36 mil empregos após 2015. — A mola propulsora da economia do Estado do Rio é o petróleo. Nós vamos conversar com a Petrobras para fazer as obras de melhoria de infraestrutura necessárias — disse o prefeito. O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial do Município de Itaboraí (Sintramon), Marcos Hartung, destacou a importância da retomada das obras que, segundo ele, só deverão ser iniciadas a partir de 2022:

— Parte das obras da refinaria já está pronta, então os primeiros empregos devem ser da área industrial, como engenheiro técnico, montagem, tubulações e movimentação de carga. No primeiro trimestre, outra empresa chinesa, a Shandong Kerui Petroleum, venceu licitação e foi contratada para a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), dentro do Comperj,

destinada a processar o gás natural que será produzido nos campos do pré-sal da Bacia de Santos. A companhia está iniciando as obras e já contratou 500 trabalhadores.

TCU MUDA NORMA QUE TRAVAVA MEGALEILÃO

Ontem, o Tribunal de Contas da União (TCU) recuou e decidiu que sua nova regra sobre o acompanhamento de privatizações e concessões só valerá a partir de janeiro 2019. A norma, que estava em vigor desde a semana passada, tinha o potencial de impedir a realização de um megaleilão de petróleo do pré-sal ainda este ano. A licitação já está com a data pré-agendada para 29 de novembro e pode render até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Na semana passada, o tribunal havia alterado a sistemática de acompanhamento de desestatizações e concessões, e passado a exigir o envio de um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação com antecedência mínima de 150 dias da data da publicação do edital. Isso atrasaria o certame e inviabilizaria sua realização em 2018.

No entanto, após negociar com integrantes do governo, o TCU criou uma regra de transição. O Congresso também retirou ontem outro entrave ao megaleilão de petróleo, que depende de um acordo entre União e Petrobras em torno do contrato de cessão onerosa (acordo pelo qual a empresa adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris na camada pré-sal). A Câmara aprovou o projeto de lei que permite à Petrobras vender até 70% de sua participação nos campos da cessão onerosa. O texto traz dispositivos para viabilizar a revisão do contrato entre o governo federal e a estatal. Agora, o texto será analisado pelo Senado.

Opinião : Prejuízos

A VISÃO de Brasil dos autores sindicalistas da ação que levou o ministro do Supremo Ricardo Lewandowski a, liminarmente, condicionar qualquer privatização à autorização do Congresso é de um país em que as estatais seriam as locomotivas do crescimento.

MAS, NA vida real, o que a liminar provoca são atrasos no plano de saneamento financeiro da Petrobras e ainda impede que o parque de refino se modernize e seja ampliado — porque a única forma de isso ser feito sem distorções é por meio de capitais privados e com a vinda de empresas para competir com a estatal neste setor.

O RESULTADO é prejudicar a Petrobras e a população, que continuará a pagar por combustíveis os preços definidos por um monopólio..

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Bernardo Caram****Título: Câmara dá aval para megaleilão do pré-sal**

Projeto, que ainda terá que passar pelo Senado, autoriza Petrobras a negociar os blocos da chamada cessão onerosa

Brasília- A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (4) o texto final do projeto de lei que altera as regras do pré-sal e permite que outras empresas possam operar nos blocos hoje controlados pela Petrobras no acordo conhecido como cessão onerosa. O texto segue para o Senado.

O texto-base da proposta foi aprovado há duas semanas, mas ainda restava a análise de destaques, que poderiam alterar o projeto. Nesta quarta, a oposição tentou novamente obstruir a sessão, mas a votação foi concluída sem mudanças.

Se for aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente Michel Temer, a proposta abrirá caminho para que o governo faça um leilão de blocos que, pelos cálculos da equipe econômica, pode levantar mais de R\$ 100 bilhões para o caixa da União.

Parte do dinheiro poderá ser usada para pagar à Petrobras, com quem, em 2010, a União fechou um acordo. Naquele momento, a estatal precisava de dinheiro para fazer frente aos investimentos no pré-sal.

Como o governo não tinha recursos naquele momento, decidiu destinar 5 bilhões de barris (toda a produção projetada nos campos daquela região) à Petrobras como sua parte na capitalização da estatal. Esse acordo é chamado de cessão onerosa.

No entanto, o contrato contém brechas que hoje permitem à Petrobras cobrar uma diferença referente a variações cambiais e à cotação do petróleo. Entre 2010 e 2018, o valor internacional do petróleo sofreu queda.

Depois de pesquisas feitas pela Petrobras na área, já se sabe que o potencial de produção nesses campos ultrapassa 12 bilhões de barris. Por isso, o governo quer leiloar o excedente (7 bilhões de barris) sem que a estatal seja obrigada a participar da disputa.

O governo e a Petrobras ainda precisam acertar os termos da indenização a ser paga pela União à estatal. Uma das ideias é a de que parte do óleo excedente seja destinada à Petrobras como pagamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Justiça extingue ação de minoritários contra Petrobras

Rio de Janeiro- A juíza Lúcia Caninéo Campanhã, da 6a Vara Cível de São Paulo extinguiu processo em que acionistas minoritários no Brasil pedem indenização à Petrobras por perdas provocadas pelo esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

A ação foi movida pela Aidmin (Associação dos Investidores Minoritários), em tentativa de replicar no Brasil a ação coletiva de investidores nos Estados Unidos, que culminou com acordo para o pagamento de US\$ 2,95 bilhões (cerca de R\$ 11,5 bilhões, na cotação atual).

Os detentores de ações na Bolsa de São Paulo pedem tratamento semelhante ao conferido aos que compraram papéis nos Estados Unidos. O acordo no país foi aprovado pela Justiça no dia 25.

A juíza Campanhã, porém, acatou argumento da estatal sobre o foro adequado para pedir indenização: segundo o estatuto da companhia, tal demanda deve ser resolvida por arbitragem, e não na Justiça.

Ela alega que 231 acionistas da empresa já solicitaram abertura de arbitragem, o que comprova a aplicação da cláusula do estatuto que define o foro para controvérsias com acionistas.

O vice-presidente da Aidmin, Aurélio Valporto, classificou a decisão como "lamentável" e disse que a entidade vai recorrer. "Estamos nos esforçando para que o Brasil tenha um mercado de capitais civilizado e, para isso, é preciso ter instrumentos de defesa do acionista", afirmou.

Na segunda-feira (2), a Petrobras pagou a segunda parcela do acordo aos detentores de ações nos Estados Unidos, no valor de US\$ 983 milhões (cerca de R\$ 3,8 bilhões). A primeira, de mesmo valor, havia sido paga no mês de março. O prazo da terceira parcela vai até 15 de janeiro.

A extinção do processo ocorre após uma série de reveses jurídicas da estatal em outras áreas.

No fim de junho, a Petrobras perdeu no TST (Tribunal Superior do Trabalho) ação de R\$ 15 bilhões movida por seus empregados.

Nesta terça-feira (3), a empresa também anunciou a suspensão de negociações para a venda de gasodutos, uma fábrica de fertilizantes e participações em refinarias devido a liminar do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski que exige anuência do Congresso para privatizações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Câmara inicia votação de projeto da Eletrobras

São Paulo- A Câmara dos Deputados iniciou, nesta quarta-feira (4), a votação do projeto de lei que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste do país.

A expectativa é que ao menos o texto-base seja votado na sessão — que não foi encerrada até a conclusão desta edição.

No entanto, foram apresentados 16 destaques (emendas não acatadas ou dispositivos incluídos pelo relator) que, pelo horário avançado, deverão ficar para a próxima semana, o que pode atrasar a tramitação do projeto, uma vez que este ainda terá que passar pelo Senado.

Como a próxima semana será a última antes do recesso, o temor é que o texto não seja aprovado a tempo da realização do leilão, marcado para 26 de julho.

O projeto tem como objetivo central transferir para a conta de luz do consumidor a dívida bilionária das seis distribuidoras colocadas à venda — medida que viabilizaria a atração de compradores ao leilão.

A venda é apontada como a única saída para evitar a liquidação das empresas, medida que geraria insegurança quanto à continuidade do serviço nos estados.

Entre as emendas apresentadas, há medidas polêmicas, que, na visão do governo e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), poderiam complicar a aprovação.

Mesmo com o avanço do projeto, um outro entrave poderá barrar o leilão: a decisão do ministro do STF Ricardo Lewandowski que impediu a privatização de estatais sem a aprovação prévia do Legislativo, o que transfere enorme insegurança jurídica ao processo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor: Celso Ming

Título: Outra canetada de Lewandowski

A Petrobrás anunciou terça-feira que suspendeu a venda de sua participação em refinarias e em outras subsidiárias, depois que, em decisão monocrática, o ministro do Supremo Ricardo Lewandowski entendeu que alienações de ativos controlados pelo Estado têm de contar com autorização prévia do Legislativo. Isso vale não apenas para bens da União, mas, também, de Estados e municípios.

Com isso, Lewandowski não só torpedeou o plano de desinvestimentos da Petrobrás com o qual ela pretendia reduzir seu alto endividamento, mas, também, torpedeou a pretendida restauração da concorrência no mercado de distribuição de combustíveis.

A fundamentação jurídica para sua decisão é precária. Até-se a dispositivo constitucional que exige autorização do Legislativo para a criação de empresas estatais. A partir daí ele conclui, sabe-se lá com que lógica, que a exigência também se aplica aos casos de vendas de ativos para os quais ficou exigida autorização prévia para sua criação.

Curiosamente, nem para criação de uma subsidiária de estatal nem para criação de uma refinaria privada é preciso autorização do Congresso. Mas para a privatização delas, Lewandowski acha que é preciso. Para justificar a pressa da sua sentença, Lewandowski alegou que pretende evitar “a vaga de desestatizações que vem tomando corpo em todos os níveis da Federação”. Com essa decisão mais ideológica do que técnica, Lewandowski cria mais duas fontes de insegurança jurídica. A primeira é a que limita ainda mais prerrogativas do Executivo e as transfere para o Legislativo.

A segunda é a que pode exigir a necessidade de aval do Legislativo à alienação de ativos de empresas estatais. Pode-se pendurar nessa decisão do ministro até mesmo a venda de participações da Petrobrás na exploração de áreas de petróleo. Foi no governo PT que foi decidida parceria estrangeira com participação de 50% em uma das refinarias da Petrobrás, a Abreu e Lima. Ela só

não foi adiante porque o governo bolivariano da Venezuela, presidido então por Hugo Chávez desistiu do investimento.

À época, ninguém entendeu ser necessária autorização do Congresso para constituição dessa parceria. Ou seja, até mesmo o governo que combateu o que chamou de “privataria” aceitou a alienação a estrangeiros de 50% do controle da refinaria do Nordeste. A decisão empresarial da Petrobrás é não mais se atirar a investimentos em refinarias porque seus recursos têm agora que destinar-se à prospecção e à produção de petróleo enquanto esse insumo ainda for relevante para a matriz energética mundial.

Dentro de mais 30 ou 40 anos, o consumo de petróleo no mundo tenderá a se tornar apenas residual, porque terá sido substituído por fontes renováveis de energia. E é preciso ter em conta que, entre a descoberta de uma jazida e sua exploração, são necessários cerca de sete anos, tempo necessário para desenvolvimento dos poços e dos investimentos em infraestrutura. Mas Lewandowski não leva nada disso em conta.

Para algumas de suas decisões, como esta, aferra-se a convicções fósseis e será lembrado como aquele que pretendeu que enormes riquezas do Brasil permanecessem sepultadas para sempre, como aconteceu com o carvão mineral em tantos países europeus.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Venda de distribuidoras avança na Câmara

Deputados aprovaram, ontem, texto-base do projeto de lei que destrava a venda das subsidiárias da Eletrobrás, prevista para 26 de julho

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o texto-base do projeto de lei que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobrás. Os destaques do texto – emendas que podem modificar o teor da proposta – serão votados na próxima semana, conforme acordo firmado entre os líderes da Câmara. A aprovação do projeto de lei é fundamental para reduzir as incertezas a respeito do leilão das distribuidoras, marcado para o dia 26 de julho.

Embora não trate diretamente da privatização dessas empresas, que foi aprovada em uma medida provisória anterior, de 2016, o projeto de lei resolve pendências que envolvem as empresas, que atuam no Norte e Nordeste do País, especialmente a Amazonas Energia. Com a perspectiva dessa votação, as ações

da Eletrobrás avançaram mais de 16% na Bolsa e a estatal teve um ganho de R\$ 3,3 bilhões em seu valor de mercado, para R\$ 22 bilhões.

O projeto de lei foi enviado pelo governo no mês passado, logo após a perda da validade da Medida Provisória 814, que tratava do mesmo assunto. Relator da MP 814, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) incluiu no texto diversos jabutis – emendas que mudavam a proposta e que gerariam aumento tarifário. Devido a essa polêmica, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), decidiram deixar a MP caducar.

O acordo firmado na época entre Executivo e Legislativo era que o projeto de lei enviado pelo governo retomaria o texto original da MP 814, e o Congresso votaria a proposta “limpa”, sem jabutis. Ontem, no entanto, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que acabou se tornando também relator do projeto de lei, decidiu incluir algumas das emendas no projeto de lei novamente. Apesar dos apelos da oposição, que utilizou manobras regimentais para impedir a votação, a proposta foi aprovada com 203 votos a favor, 123 contra e três abstenções.

Essas emendas foram muito criticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Entre as emendas incluídas por Lopes estão a elevação do preço do gás vendido pela Petrobrás para termoeletricas mais antigas, contratadas na época do racionamento.

A emenda era defendida pela Enel, dona da Termofortaleza, usina parada desde fevereiro, quando a Petrobrás interrompeu o fornecimento do gás de forma unilateral, já que a Enel não aceitou o reajuste exigido pela petroleira. Pela emenda incluída por Lopes, esse reajuste será bancado pelos consumidores, na forma de aumento nas contas de luz.

Eletrobrás.

Ontem à noite, o presidente das Câmara, Rodrigo Maia, anunciou que não vai pautar para votação o projeto de lei que permite a privatização da Eletrobrás até as eleições. “Não será encaminhado nesta semana até eleição. De fato, vamos encerrar esse assunto”, disse. Ele atendeu a apelos da oposição, que é contra o projeto de lei que permite a capitalização e a redução da participação da União na companhia dos atuais 60% para 40%.

O recesso parlamentar começa no dia 18 de julho e se encerra apenas em 1º de agosto. Depois, a tradição no Legislativo é de esforço concentrado – quando o período de campanha eleitoral começa, deputados e senadores vêm a Brasília apenas uma semana por mês.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Breno Pires, Anne Warth****Título: TCU abre brecha e governo marca leilão do pré-sal**

Decisão do Tribunal que travava a licitação de R\$ 100 bilhões só valerá a partir de 2019; disputa está prevista para novembro

O Tribunal de Contas da União (TCU) criou uma regra de transição para, na prática, retirar o obstáculo que havia criado para a realização de leilões do governo federal até o fim deste ano. Isso destrava o leilão da área excedente do pré-sal, que pode render cerca de R\$ 100 bilhões à União. A determinação recente do tribunal era de que o governo teria de enviar informações sobre os leilões com 150 dias de antecedência da publicação dos editais.

A decisão de ontem do TCU é de que a nova exigência só valerá a partir de 2019, abrindo a possibilidade de o governo federal realizar até o fim do ano o leilão de excedente da cessão onerosa, que ficaria inviabilizado se o prazo fixado pelo TCU há duas semanas passadas lhe fosse aplicado, como revelou o Estadão/Broadcast. A notícia fez as ações da Petrobrás subirem 5,4% (PN) e 4,8% (ON) no pregão de ontem.

“Saúdamos a decisão do TCU. Vamos programar leilão do óleo excedente da cessão onerosa para 29 de novembro”, afirmou o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix, após a decisão do tribunal de contas. A licitação do petróleo excedente do pré-sal pode render R\$ 100 bilhões em bônus de outorga ao governo. É com o dinheiro arrecadado nessa disputa que a União pretende pagar a Petrobrás pela revisão do contrato da cessão onerosa.

O acordo foi fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia, entre outros fatores.

Em razão disso, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida. Ontem, a corte de contas decidiu adiar a vigência da regra para 2019, o que vai permitir ao governo fazer o leilão ainda neste ano. A data de 29 de novembro não foi escolhida à toa. Os editais normalmente preveem que os vencedores do leilão paguem o bônus de outorga 30 dias após a data da licitação.

Por isso, para que o dinheiro entre ainda neste ano, ele deve ser pago até o dia 28 de dezembro, uma sexta-feira. Conforme publicado pelo Estadão/ Broadcast na semana passada, o governo ainda não tem as informações sobre o leilão do óleo excedente da cessão onerosa prontas para o envio, nem está próximo de concluir o levantamento de todos os dados necessários. Entre os dados estão a descrição do objeto a ser desestatizado, a previsão de valor de investimentos, relevância e localização do objeto e cronograma da licitação.

Projeto.

Ontem também a Câmara dos Deputados encerrou a votação do projeto que trata das condições da revisão desse acordo. Foram rejeitados todos os destaques – emendas que modificavam o texto apresentado pelo relator, deputado Fernando Coelho Filho (DEMPE), ex-ministro de Minas e Energia (MME). A proposta agora segue para votação no Senado. Para que o projeto de lei passe a ter validade, ele ainda precisa ser votado no Senado e, depois, sancionado pela Presidência da República.

O texto-base do projeto de lei havia sido aprovado há duas semanas, mas ainda faltava concluir a votação dos destaques, que poderiam mudar o teor da proposta. A proposta traz uma redação mais clara para os pontos em que não havia consenso e afasta “zonas cinzentas” do contrato, dando conforto para que integrantes do governo e da Petrobrás possam assinar a revisão sem questionamentos futuros.

Fontes consultadas pela reportagem disseram que a proposta torna o acordo "objetivo e viável", já que o contrato original era mal redigido e dava margem para interpretações diferentes. Entre outros pontos, o projeto permite que a Petrobrás possa vender até 70% dos 5 bilhões de barris a que tem direito na área para outras empresas.

A proposta também dispensa os consórcios dos quais a Petrobrás participa de seguir as regras da Lei das Estatais para a compra de itens, produtos e serviços. Isso vai liberar os consórcios para aquisições a partir de convite a uma lista de fornecedores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Petrobrás anuncia parceria com chinesa no Comperj

Acordo com a China National Petroleum Corporation envolveria conclusão da refinaria, que está 80% pronta

A Petrobrás anunciou ontem uma possível parceria em refino com a China National Petroleum Corporation (CNPC), que envolve o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). A empresa chinesa já é sócia da estatal no campo gigante de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, e no de Peroba, um dos mais disputados nos leilões do pré-sal no ano passado. O acordo acontece menos de uma semana após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski proibir que o governo venda estatais sem a autorização do Congresso.

Medida que motivou a Petrobrás a suspender esta semana a venda de alguns ativos, como a Transportadora Associada de Gás (TAG), avaliada entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões. Decisão que afeta a meta de desinvestimento da petroleira de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018. Desse total, apenas US\$ 4,8 bilhões foram vendidos.

A parceria anunciada ontem envolve a construção de uma refinaria com capacidade para processar 165 mil barris diários (b/d) de petróleo no Comperj, integrada com a revitalização do cluster (conjunto de campos) de Marlim, formado por Marlim, Voador, Marlim Leste e Marlim Sul, que já foram as estrelas da Bacia de Campos e hoje produzem a metade do que há oito anos. Marlim Leste, por exemplo, que em 2010 extraía 143 mil b/d de petróleo, hoje só produz 70 mil b/d.

A ideia do acordo é processar o pesado óleo de Marlim na refinaria que será concluída pela empresa chinesa, e que segundo a Petrobrás já está 80% pronta. Mas a capacidade de 165 mil b/d deixa a refinaria do Comperj entre as menores da empresa.

“Damos hoje mais um passo na busca de parceiros para concluir a refinaria do Comperj, ao mesmo tempo que garantimos novos investimentos e a revitalização do campo de Marlim”, disse o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, em um comunicado. Segundo ele, a parceria é uma demonstração de como uma Petrobrás financeiramente saudável e equilibrada pode ter um impacto positivo para a sociedade brasileira e todos os seus acionistas.

Incertezas.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, o negócio é positivo para a companhia e para o Brasil, que expande seu parque de refino. Ele observou porém, que somente uma estatal chinesa poderia fechar um acordo com a Petrobrás com o aumento da incerteza no setor de óleo e gás brasileiro após a greve dos caminhoneiros e a decisão do ministro do STF. “É uma boa notícia em vista dessa lamentável decisão do Lewandowski”, disse Pires ao Broadcast/Estadão.

“Essa parceria se mostra interessante diante do cenário que estamos vivendo no Brasil hoje, com Lewandowski, controle de preços, isso afasta os investidores, só mesmo uma estatal para assumir esse risco, só sobraram mesmo os chineses”, avaliou, explicando que ao contrário da empresa privada, a estatal não olha apenas o lucro e tem uma visão mais estratégica. No caso do governo da China, o objetivo é gerar empregos e vender seus equipamentos para o Brasil.

Segundo Pires, essas mudanças regulatórias afastam os investidores, que já tinham se retraído do setor de refino após o governo intervir no ajuste de preço diário da Petrobrás para o diesel. Sem paridade com o mercado global, os investidores temem não ter retorno sobre o negócio bilionário que é construir e operar uma refinaria.

Além do diesel, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) abriu uma inédita Tomada de Contribuições para estudar a conveniência de estipular um prazo para avaliar a periodicidade do ajuste dos combustíveis, o que foi considerada uma espécie de intervenção do governo no setor.

O diretor do CBIE afirmou que para o Brasil a notícia é positiva porque amplia o parque de refino, setor que menos cresceu após a abertura do mercado de petróleo, em 1997. Hoje, a Petrobrás tem o monopólio das refinarias, com 98% do mercado. “É importante para o abastecimento.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do gás aumenta

A Petrobras anunciou, ontem, um aumento médio de 4,4% no preço do gás de cozinha. A partir de hoje, o valor do botijão de gás de 13 quilos passa a R\$ 23,10 nas refinarias, custo sem tributação. O valor cobrado ao consumidor, que não é tabelado, é calculado após o acréscimo de impostos e das margens de distribuição e revenda. No final de junho, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo,(ANP), o preço médio era de R\$ 73,93 no Distrito Federal.

Em nota, a Petrobras esclareceu que o aumento foi influenciado pela alta do dólar e da cotação internacional do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Apesar da elevação, o valor é 5,2% inferior ao praticado em dezembro de 2017, informou a petroleira. Desde janeiro, o gás é reajustado a cada três meses, e não mais a qualquer tempo, como ocorre com a gasolina. O objetivo é amenizar o repasse dos custos à população.

De acordo com o sindicato das empresas distribuidoras, o Sindigás, os estoques do produto, que haviam diminuído com a greve de caminhoneiros, em maio, já estão normalizados. O economista-chefe da Confederação do Comércio (CNC), Fábio Bentes, disse que a alta do gás pode reduzir o consumo das famílias. “As pessoas precisarão cortar gastos com outros produtos, como vestuário e alimentação.”

* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Comissão aprova tabela de frete

Em uma sessão que durou menos de cinco minutos, a comissão mista que discute a Medida Provisória 832, que institui um custo mínimo para o frete, aprovou ontem o parecer do deputado Osmar Terra (MDB-RS). Enviada ao Congresso Nacional há 40 dias pelo presidente Michel Temer, a MP é uma das principais reivindicações dos caminhoneiros para fim da greve realizada em maio. O desafio, agora, é conseguir que a medida seja votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado antes do recesso, que começa em 17 de julho.

De acordo com o texto, o preço do frete deverá ser calculado a partir de um custo mínimo. Os critérios serão estipulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que divulgará semestralmente uma nova tabela. O relatório aprovado ontem também prevê que, se o contratante não pagar o piso, terá que indenizar o transportador em valor equivalente ao dobro do que seria devido, descontado o já pago.

Pendências

Outras garantias feitas pelo governo aos caminhoneiros ainda precisam ser analisadas pelo Legislativo. A MP 838, por exemplo, que trata da subvenção ao preço do diesel, não avançou muito desde que chegou ao Congresso Nacional. Até agora, houve três reuniões na comissão mista, duas para eleições e definição de plano de trabalho e uma audiência pública.

A segunda audiência, marcada para a tarde de ontem, foi adiada pelo presidente, senador Dário Berger (MDB-SC), sem data para ser retomada. A medida também é controversa pelos prejuízos financeiros aos cofres públicos decorrentes da subvenção ao preço do diesel.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Andre Ramalho****Título: Consumo comercial e automotivo de gás cresce, mas diminui na indústria**

A greve dos caminhoneiros ocorrida nas duas últimas semanas de maio trouxe reflexos positivos para o mercado de gás natural, com expectativa de crescimento nos próximos meses. De acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), enquanto a indústria sentiu os efeitos da paralisação, os segmentos automotivo e comercial tiveram impacto positivo no consumo do energético.

O consumo de gás natural veicular (GNV) em maio 5,963 milhões de metros cúbicos diários, com crescimento de 13,86% ante igual período do ano anterior e de 1,58% em relação a abril. "A greve dos caminhoneiros foi uma sinalização da fragilidade que o Brasil apresenta na logística de abastecimento [de combustíveis]. O mercado de GNV não foi interrompido [durante a greve] porque é atendido por gasodutos", disse o gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça.

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o consumo de combustíveis em maio (9,894 bilhões de litros) caiu 13%, ante igual período do ano passado. Foi o pior mês de maio desde 2010 e o menor volume mensal desde fevereiro de 2012.

Segundo a entidade, os Estados que apresentaram aumento no consumo de GNV em maio, na comparação com o mês anterior, foram São Paulo (3%), Minas Gerais (6,6%), Santa Catarina (5,3%), Rio Grande do Sul (4,1%), Bahia (3,7%) e Pernambuco (10,8%).

Segundo Mendonça, a expectativa é que o aumento do consumo se repita nos próximos meses, devido ao crescimento das conversões de veículos para rodar com GNV, motivadas pela greve. A associação observou um crescimento de 60% a 70% das conversões após a paralisação dos caminhoneiros.

A mesma perspectiva, explicou ele, vale para o segmento comercial, principalmente por necessidade de shopping centers e hospitais de ter um fornecimento seguro de energético, sem correr risco de desabastecimento de diesel.

De acordo com a Abegás, a classe comercial consumiu 855 metros cúbicos diários de gás em maio, com aumento de 10,18% em relação a maio de 2017 e de 6,21% ante abril deste ano.

Como já esperado, o segmento industrial reduziu o consumo de gás em maio, devido à menor atividade provocada pela greve. Em maio, as indústrias consumiram 27,084 milhões de metros cúbicos diários, com queda de 2,63%, em relação a igual mês de 2017 e de 3,64% na comparação com abril.

No mercado total de distribuição de gás natural, porém, o segmento que mais influencia na variação de consumo é o termelétrico, devido ao acionamento intermitente das usinas a gás. Em maio, as térmicas consumiram 20,6 milhões de metros cúbicos diários, com queda de 6,87% ante igual período de 2017. Com isso o consumo total de gás canalizado do país em maio, de 59,458 milhões de metros cúbicos diários, recuou 5,35%, na mesma comparação.

Com a piora do cenário hidrológico do país, que demandou um acionamento maior de termelétricas em maio, o consumo de gás pelas usinas, em comparação com abril, cresceu 20,84%. Por esse motivo, consumo total de gás, na mesma comparação, cresceu 3,96%.

"A geração termelétrica acaba tendo um peso muito forte nos dados", explicou Mendonça, que disse esperar consumo elevado de gás pelas térmicas nos próximos meses, devido ao período de poucas chuvas. A perspectiva do executivo está em linha com a definição da bandeira tarifária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para julho, no segundo patamar da cor vermelha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Murillo Camarotto

Título: Câmara rejeita destaques e aprova cessão onerosa

A Câmara dos Deputados rejeitou ontem os três destaques da oposição para mudar o projeto de lei que permite à Petrobras vender o direito de explorar 70% da cessão onerosa no campo do pré-sal na bacia de Santos e com isso concluiu a aprovação do texto, que será agora discutido pelo Senado Federal. O Legislativo, contudo, sai de recesso na próxima semana e é provável que a discussão fique apenas para agosto.

O governo espera utilizar o projeto para, além de capitalizar a Petrobras com a venda dessa área, resolver o impasse sobre os barris de petróleo excedentes encontrados na região. O leilão, que pode render em torno de R\$ 80 bilhões, ajudaria a fechar as contas no próximo ano e cumprir a "regra de ouro" da economia (de que o governo não pode contrair dívida para pagar custeio).

Em outra boa notícia para o governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) esclareceu ontem que as novas regras sobre acompanhamento de privatizações valerão somente a partir de 1º de janeiro de 2019. A decisão afasta o risco de que um eventual leilão de áreas excedentes da cessão onerosa tivesse que ser adiado.

Pelas regras anunciadas, informações referentes a privatizações devem ser encaminhadas ao TCU com 150 dias de antecedência em relação à data prevista para a publicação do edital. Essa exigência impediria a realização do leilão do petróleo em novembro, como pretende o governo.

A Petrobras pagou R\$ 75 bilhões em 2010 pelo direito de explorar, sem licitação, até 5 bilhões de barris nessa área, que ficou conhecida como cessão onerosa. Já estava previsto no contrato original que, em caso de variação no preço do petróleo, o valor poderia mudar. Como a cotação caiu, a Petrobras deve ser ressarcida, mas o valor é alvo de disputa entre a empresa e o governo - que, em dificuldades financeiras, não tem dinheiro para pagar.

Com o projeto, relatado pelo ex-ministro de Minas e Energia, o deputado Fernando Filho (DEM-PE), são traçadas as diretrizes para fazer o cálculo e encaminhar o acordo para fazer o leilão e explorar os barris excedentes, estimados em mais 15 bilhões. Uma mudança primordial é permitir que a estatal seja paga em barris de petróleo.

O leilão da fatia da Petrobras na cessão onerosa ocorrerá no mesmo modelo de exploração hoje, com royalties de 10%. A estatal, que iniciou este ano a extração de petróleo na região, ainda manterá o direito de explorar 30% da área e poderá repassar os outros 70% para se capitalizar.

Autor do projeto, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) defendeu ontem que este é o momento de a Petrobras buscar parceria e aumentar produção nos campos de cessão onerosa. "É preciso explorar com rapidez o petróleo bruto a US\$ 75 para não cair em outra onda de baixa", disse.

Já a oposição voltou a atacar a proposta e dizer que o governo Temer pretende vender o patrimônio nacional para petrolíferas estrangeiras. Mas os destaques que tentavam alterar pontos do projeto foram todos rejeitados.

A proposta do governo era explorar os barris excedentes numa nova cessão onerosa, mas a Câmara estabeleceu que será no regime de partilha. Nesse modelo, o bônus de assinatura é menor, mas os royalties são de 15% (e a arrecadação é distribuída para todos os Estados e municípios de forma mais igualitária, sem concentração nas regiões produtoras) e a União fica com parte da produção (o valor será definido pela ANP, com ágio no leilão)..

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto****Título: Risco hidrológico tem solução em parecer sobre Eletrobras**

Relator do projeto de lei que autoriza a Eletrobras a vender seis distribuidoras de energia deficitárias, o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ) incorporou ontem ao texto, conforme antecipado pelo Valor PRO, serviço de tempo real do Valor, uma solução para a bilionária disputa judicial em torno do chamado risco hidrológico. A Câmara dos Deputados discutia a proposta ontem à noite, mas a votação ainda não tinha ocorrido até o fechamento desta edição.

O risco hidrológico é o prejuízo acumulado por geradoras de energia elétrica que produziram abaixo dos valores previstos em contrato devido a falta de chuvas e tiveram que compensar comprando energia no mercado - e pagaram mais caro por isso. Essas empresas entraram na Justiça e a disputa se arrasta há anos.

Num acerto com o governo e o setor energético, Lopes propôs que as hidrelétricas que aceitem desistir das ações judiciais tenham suas concessões prorrogadas por até sete anos (o prazo exato dependerá de cálculos sobre o valor que as empresas teriam a receber). Segundo o relator, a inadimplência ameaça diversas empresas de colapso financeiro e o acordo permitirá destravar R\$ 6 bilhões, que serão revertidos para investimentos.

O deputado já foi relator da medida provisória (MP) que permitia a venda das distribuidoras, mas que perdeu a validade por não ser votada no prazo. Na ocasião, ele incorporou emendas sobre outros assuntos do setor elétrico que levariam ao aumento da conta de energia e a própria base aliada decidiu não votar o texto. O governo teve então que mandar um projeto de lei.

O acordo ontem para indicar Júlio Lopes na relatoria foi de que, além da questão das distribuidoras, a única emenda aceita fosse a do risco hidrológico. "O Rodrigo [Maia, presidente da Câmara] me pediu para gente enxugar o texto para não aumentar as dificuldades", disse. "Em princípio, esse ponto não tem problema, tinha apoio do PT e de todos os partidos da base", pontuou.

A dificuldade do governo, que teve que fazer uma contestada manobra regimental para aprovar a urgência da matéria, era convencer a própria base aliada sobre a privatização das distribuidoras. Os 51 deputados dos seis Estados que seriam afetados pela venda das empresas resistiam as propostas e mesmo aqueles de partidos como DEM, PP e MDB votaram contra a iniciativa.

O temor, nos bastidores, era se desgastar com as famílias dos seis mil funcionários das empresas às vésperas da eleição. Havia um movimento para tentar deixar a votação para novembro, mas a liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu a venda de estatais sem aval expresso do Legislativo, aumentou a necessidade de aprovar o texto antes dos leilões, agendados para 26 de julho.

Além da obstrução da oposição, um dos problemas com esse prazo será aprovar o texto em menos de um dia no Senado. A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que dá início ao recesso, está marcada para quarta-feira. No dia anterior o Congresso estará fechado se o Brasil avançar para a semifinal da Copa do Mundo. Os senadores só voltam ao batente em agosto, mas já de olho nas eleições.

O projeto pretende sanear as contas de seis distribuidoras de energia federalizadas na década de 1990: do Amazonas, Roraima, Rondônia, Piauí, Acre e Alagoas. Essas empresas têm seguidos déficits nos últimos anos e o governo ameaça fecha-las caso não consiga que a iniciativa privada assuma a gestão.

Emenda incorporada ontem ainda dá mais prazo para a privatização de outra distribuidora, a do Amapá, que é de controle do governo local. A lei determina que a licitação deveria ter ocorrido até fevereiro. O novo prazo, se aprovado o PL, será até 30 de novembro de 2019, com a transferência do controle efetivada até 28 de fevereiro de 2020. (colaborou Rafael Bittencourt)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Parceria com CNPC pode aliviar caixa da Petrobras

Chinesa poderá ajudar na conclusão do Comperj, que teve as obras paralisadas em 2015 e ainda precisa de mais US\$ 3 bi

A Petrobras e a chinesa CNPC assinaram uma carta de intenções que trazem as bases de uma parceria estratégica para a conclusão da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ), e para o projeto de revitalização do "cluster" de produção de Marlim, na Bacia de Campos. Para a estatal brasileira, a entrada de um sócio com uma capacidade financeira do porte dos chineses permitirá com que a petroleira seja carregada em projetos importantes, os quais a empresa teria dificuldades de desenvolver sozinha.

Já para a CNPC, o acordo pode significar um grande salto na estratégia da companhia de se constituir como uma empresa integrada no Brasil, presente nos principais elos da cadeia de óleo e gás, do poço ao posto.

Para o analista do Itaú BBA, André Hachem, a parceria com a CNPC é "uma indicação positiva de que ainda estão sendo feitos progressos" no programa de desinvestimentos da Petrobras, um dia após a estatal suspender as negociações de suas refinarias do Sul e Nordeste, da Fábrica de Fertilizantes de Araucária (PR) e da Transportadora Associada de Gás (TAG). A decisão foi tomada pela petroleira depois que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar proibindo a venda do controle de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso. "Como as parcerias no Comperj e Marlim não envolvem o controle de subsidiárias, o acordo com os chineses pode avançar", disse uma fonte.

Petrobras e CNPC ainda negociam as condições da parceria. No caso do Comperj, uma das alternativas que vinha sendo discutida desde o ano passado era a possibilidade de a chinesa investir sozinha na conclusão do projeto, em troca de participação no empreendimento, proporcional aos aportes. A Petrobras também avalia permitir que a CNPC tenha acesso à infraestrutura de processamento de gás que está sendo construída no complexo, segundo uma fonte.

As obras da refinaria do Comperj foram interrompidas em 2015 com mais de 80% de avanço. Na ocasião, a Petrobras, que já investira US\$ 13 bilhões, previa a necessidade de mais US\$ 2,3 bilhões para colocar a refinaria de pé. Mas uma fonte diz que as estimativas atuais superam US\$ 3 bilhões.

Já no caso do projeto de Marlim, o Valor apurou que a Petrobras quer repetir o conceito-chave da parceria firmada com a Equinor (ex-Statoil) no ativo de Roncador, também na Bacia de Campos. A intenção da brasileira é atrair um sócio com capacidade para ajudá-la a bancar os pesados investimentos para revitalização do "cluster", que abrange os campos maduros de Marlim, Voador, Marlim Leste e Marlim Sul. No acordo com a Equinor, por exemplo, a norueguesa pagou US\$ 2,117 bilhões por 25% de Roncador e se comprometeu a investir até US\$ 550 milhões no projeto de revitalização do campo.

A Petrobras prevê duas novas plataformas em Marlim em 2021, como parte do projeto de revitalização do ativo. A petroleira está justamente na fase de contratação das duas embarcações e a entrada de um sócio neste momento

seria oportuna. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a área de Marlim acumula produção média de 365 mil barris diários no ano, até maio - uma queda de 5,4% ante igual período de 2017.

A entrada em Marlim permitirá à CNPC utilizar o óleo pesado produzido no campo para processamento no Comperj. A associação dos dois ativos é estratégica para a companhia, que vem sinalizando interesse de se estabelecer no Brasil como uma empresa integrada. Em março, por meio de sua subsidiária PetroChina, a companhia deu um primeiro passo nesse sentido, ao anunciar um acordo para compra de 30% da TT Work, empresa que reúne uma distribuidora (Petronac, antiga Total), uma importadora de derivados (AtlantImport) e terminais no Brasil.

A CNPC é sócia da Petrobras no campo de Mero (área noroeste de Libra), no pré-sal da Bacia de Santos, com 10% de participação, e produz, via subsidiária CNODC, 4 mil barris diários de petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Renato Rostás

Título: Enel coloca ativos de geração eólica e solar no Nordeste à venda

Depois de fazer grandes aquisições no setor de distribuição de energia, com destaque para a compra da Eletropaulo, a italiana Enel colocou ativos de geração de energia renovável no Brasil à venda, apurou o Valor com fontes com conhecimento da situação. A companhia, por meio do braço Enel Green Power, contratou a Rothschild para vender dois ativos de geração solar fotovoltaica, que somam cerca de 450 megawatts (MW), além de um parque eólico de aproximadamente 90 MW, todos localizados na região Nordeste.

Os ativos de geração solar ficam na Bahia e no Piauí, e o parque eólico está instalado na Bahia.

A tentativa de venda foi iniciada há poucos dias e, por enquanto, a companhia está consultando investidores no setor elétrico para verificar qual o interesse pelos ativos, que já estão em operação e têm contratos de longo prazo assegurados em leilões para venda da energia gerada.

A Enel tem sido destaque nos leilões de fontes renováveis no Brasil nos últimos anos. A companhia se identifica como a maior geradora solar do Brasil, com 819,2 MW em operação e outros 474 MW em construção.

Já nos dois primeiros leilões do país que incluíram a fonte solar, em 2014 e 2015, a italiana foi destaque ao levar a maior parte dos projetos contratados.

A partir do segundo semestre de 2015, porém, o setor de energia solar passou a enfrentar desafios significativos para crescer no Brasil. A forte desvalorização do real em comparação com o dólar em relação ao período em que os leilões foram realizados achatou as taxas de retorno dos projetos, e muitos deles tiveram os contratos rescindidos ou devolvidos à União por meio de um leilão de desconstrução feito em 2017.

A Enel foi a exceção, e conseguiu concluir os projetos apesar dos desafios, por ter um controlador estrangeiro e sofrer mesmo os efeitos cambiais e financeiros da crise no país. Desde então, a companhia continuou protagonizando os certames de fontes renováveis.

Segundo apresentação institucional disponibilizada pela companhia no início do ano, são 842,4 MW de energia eólica em operação e 875,4 MW em construção.

No exterior, uma prática comum da companhia é vender projetos operacionais de rentabilidade menor para reciclar o capital. Os investimentos são redirecionados para novos ativos, com taxas de retorno mais atrativas para a companhia.

Procurada, a Enel disse que não iria comentar as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Curtas

Autor:

Título: Eólica da Engie

A Engie informou que a Central Eólica Campo Largo VII recebeu autorização da Aneel para iniciar as operações comerciais. Campo Largo VII tem capacidade instalada de 29,7 MW e faz parte do Complexo Eólico Campo Largo Fase I, formado por um conjunto de empreendimentos de geração eólica, com capacidade instalada de 326,7 MW. A Engie também constrói na região a primeira fase do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada de 360 MW. Todos os empreendimentos estão localizados nos municípios de Umburanas e Sento Sé, a 420 quilômetros de Salvador (BA).

Banda larga cresce

O Brasil registrou 30,07 milhões de contratos de banda larga fixa em maio de 2018. Houve um aumento de 2,52 milhões de contratos em relação a maio de 2017, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgados ontem. Em relação a abril deste ano, houve avanço de 25,58 mil contratos. A agência destacou que é o único serviço que continua em expansão no setor de telecomunicações no país, enquanto a telefonia fixa e móvel e a TV paga mantêm o ritmo de queda. A Claro ficou com mais de 30% do mercado de banda larga fixa, a Vivo com 25% e a Oi, 20%. Nesse grupo de empresas, só a Oi perdeu clientes (4%) em um ano; a Claro cresceu 6,6% e a Vivo avançou 1,76%. A tecnologia xDSL (dados transmitidos por linha telefônica) foi a mais usada, com 12,9 milhões de contratos, seguida por cabo (9,2 milhões) e fibra (3,8 milhões).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: América do Sul ganharia peso com fusão de ativos da Anglo American na África

Se aceitar uma proposta de fusão dos seus ativos na África do Sul com a mineradora Vedanta Resources, de origem indiana, a Anglo American deixará de consolidar no balanço o maior contribuinte de seu resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês). Com isso, a América do Sul se tornaria a região mais importante para o grupo.

Ontem, o site de notícias "Livemint" publicou uma reportagem na qual afirma ter conhecimento dos planos da Volcan Investments, veículo financeiro do fundador da Vedanta Anil Agarwal, para ficar com o controle da Anglo American South Africa. O negócio seria feito por meio de trocas de ações entre as empresas que, no fim da transação, deixariam o fundo com mais da metade do capital social.

Atualmente, a Volcan já é a maior acionista do grupo Anglo American, com 19,35% dos papéis, por meio de dois veículos de investimento: a Volcan Holdings e a Volcan Holdings II. Logo depois na lista de grandes investidores aparece o Public Investment Corporation (PIC), um fundo de pensão estatal da

África do Sul. Também são acionistas relevantes da mineradora o Deutsche Bank e a BlackRock.

Os ativos sul-africanos são muito importantes no balanço da Anglo. No ano passado, por exemplo, atenderam por aproximadamente 40% do Ebitda recorrente, com US\$ 3,52 bilhões. Esse segmento reúne operações de minério de ferro, Kumba; de diamantes, De Beers; de platina, Mogalakwena e Amandelbult; de manganês, Samancor; e de carvão térmico. O maior deles, ao menos em contribuição ao Ebitda, é Kumba, que produz perto de 45 milhões de toneladas por ano de minério.

Sem a Anglo American South Africa, os países mais importantes para o grupo se tornariam os sul-americanos. O continente gerou quase 28% do Ebitda recorrente no ano passado, ou US\$ 2,44 bilhões. Na América do Sul, o grande destaque é a produção de cobre no Chile, por meio das minas de Collahuasi, Los Bronces e El Soldado, além da fundição Chagres, instalada no mesmo país.

O Brasil, por sua vez, não é tão relevante. Por aqui, o grupo extrai minério de ferro, com o Minas-Rio - parado desde abril por problemas ambientais -, e níquel, em Goiás. Juntas, essas operações geram cerca de 6% do Ebitda, ou US\$ 516 milhões.

Há também um ativo de carvão na Colômbia.

Apesar da importância da África do Sul no resultado, os investidores parecem ter aprovado o potencial negócio. As ações da Anglo fecharam em alta de 2,35% na bolsa de Londres, cotadas em 16,78 libras esterlinas (US\$ 22,20). A Vedanta, por outro lado, caiu 0,85%, para 8,21 libras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Petrobras eleva em 4,4% o preço do GLP

A Petrobras aumentou em 4,4%, na média, o preço do gás liquefeito do petróleo (GLP). O reajuste será aplicado a partir de hoje nas refinarias e valerá tanto para o botijão de 13 quilos, residencial, quanto para o GLP industrial e comercial.

Este é o primeiro aumento nos preços do botijão P-13, desde que a companhia revisou suas regras e passou a praticar reajustes trimestrais, no início do ano.

Na ocasião, a empresa eliminou os reajustes mensais e passou a adotar uma metodologia de compensação para reduzir a volatilidade dos preços - que passaram a subir ou cair com base numa média móvel da cotação internacional e do câmbio nos últimos 12 meses

A Petrobras informou que, mesmo com o aumento, o preço do P-13 acumula uma queda de 5,2% no ano, em relação a dezembro. A estatal destaca que a valorização de 16% do dólar, frente ao real, e a elevação de 22,9% na cotação internacional do GLP entre março e junho poderiam ter levado a um aumento superior aos 4,4%, mas que a nova metodologia de compensação permitiu um reajuste menor.

O botijão está sendo vendido, nas refinarias, a R\$ 23,10. Já o GLP industrial e comercial é reajustado sem uma periodicidade fixa.

O Sindigás, que representa as distribuidoras de GLP, estima que a estatal está praticando um ágio de 25,45% em relação ao valor praticado no mercado internacional. Ainda de acordo com a associação, o preço do GLP empresarial vai ficar 57,52% acima do valor cobrado pelo botijão de uso residencial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar

Título: Petrobras avança e leva Ibovespa aos 74 mil pontos

Mesmo em meio a um noticiário instável e rodeado de altos e baixos, a Petrobras ainda é a grande responsável por limitar as perdas do Ibovespa neste ano e colocar o índice de volta nos 74 mil pontos. Apesar de cair perto de 30% considerando as máximas em 2018, a ação ordinária (ON) da estatal ainda acumula alta anual de 22,95%, enquanto o papel preferencial (PN) avança 15,04%. O Ibovespa acumula perdas no ano, até ontem, de 2,17%.

A estatal de petróleo faz parte do seleto rol de companhias que ainda têm valorização anual, em meio à onda de vendas que vem atingindo o mercado de ações. Em 2018, apenas 24 papéis de um total de 67 que compõem o Ibovespa ainda avançam; os demais 43 ativos recuam - e, desses, só três caem menos do que o Ibovespa.

A Petrobras vem desde o começo de junho sofrendo com a percepção mais negativa dos investidores, depois que Pedro Parente pediu demissão da

empresa. Mas alguns aspectos ainda garantem o fluxo para o papel: além do tombo recente, que leva a ação a operar bastante "descontada", o debate sobre a cessão onerosa ainda concentra a aposta dos investidores, por representar importante ganho de valor para a companhia.

Foi justamente a questão envolvendo a cessão onerosa que levou as ações ON (4,86%) e PN (5,43%) da Petrobras a subirem ontem. Com isso, o Ibovespa fechou o pregão em alta de 1,46%, aos 74.743 pontos, em dia de liquidez baixa pelo feriado americano - o índice teve o 3º pior giro do ano. Os papéis da estatal ganharam tração depois de circular no mercado a informação de que as regras colocadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para que o governo realize licitações só valerão a partir de janeiro de 2019.

O TCU decidiu, na semana passada, que o governo deveria enviar um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação com antecedência mínima de 150 dias. Haverá, no entanto, um prazo de transição para as regras - o que, na prática, eleva a viabilidade do leilão de áreas excedentes da cessão onerosa do pré-sal, agendado para 29 de novembro.

A alta de ontem fez a Petrobras ultrapassar a Vale em valor de mercado: a estatal vale agora R\$ 257,5 bilhões em bolsa, contra R\$ 253,8 bilhões da mineradora. Ambev e Itaú Unibanco permanecem na liderança.

Outras "blue chips" também garantem que o Ibovespa não tenha perdas tão significativas no ano. É o caso da Vale, que acumula alta de 21,1% no intervalo, e do Itaú Unibanco, com ganho de 3,1% - ao lado da Petrobras, essas são as ações com maior peso no Ibovespa.

Mas nem tudo são flores para as estatais da bolsa. A Eletrobras teve ontem uma disparada diante de mais avanços no processo de venda das distribuidoras da estatal, com a aprovação do regime de urgência na Câmara do projeto de lei que trata do tema. A ON da companhia avançou 17,99%, enquanto a preferencial classe B (PNB) subiu 16,61%. No ano, porém, a ON ainda cai 17,94% e a PNB recua 21,15%.

MME / ASCOM .